

Agradecimentos  
Álvaro Garrido  
Luís Menezes Pinheiro  
Manuel Braga da Cruz  
Maria Eduarda Gonçalves

## Organização



FUNDAÇÃO  
MÁRIO SOARES  
MÁRIA BARROSO

## Apoios

FUNDAÇÃO  
MÁRIO SOARES  
MÁRIA BARROSO



## Coordenação, Design de Interação e Multimédia



## Museografia e Design de Comunicação

noronha**design**

1 **Entrada Museu Marítimo de Ílhavo**

2 **Apresentação da exposição  
Mar Oceano: legado de Mário Ruivo**

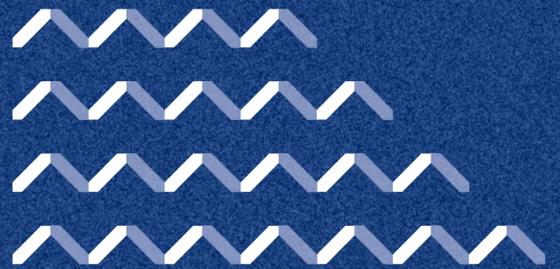
3 **Núcleos expositivos**  
O dever cívico do cientista  
As campanhas bacalhoeiras  
O Direito Internacional Marítimo em revista  
Uma nova visão sobre o mar

4 **Galerias expositivas**  
Campanhas luso-francesas de 1956-1957  
Carreira na FAO  
O relançar das pescas e da investigação na  
marinha portuguesa  
Expo 98

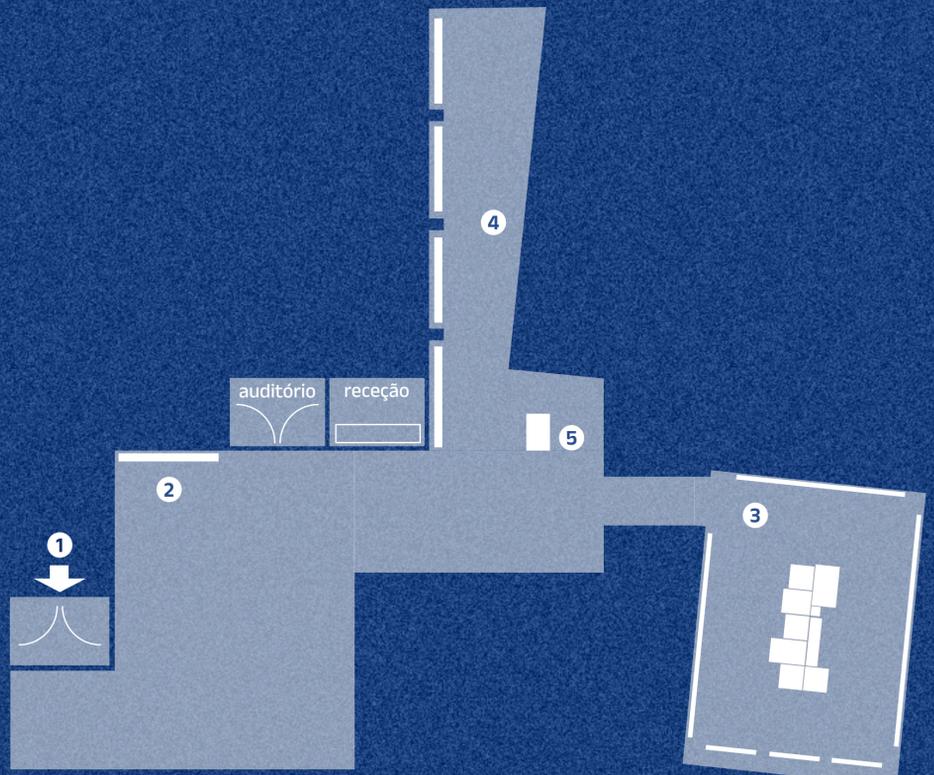
5 **Quiosque digital**

# MAR OCEANO: legado de Mário Ruivo

20 maio  
19 novembro  
2024



Mário Ruivo, biólogo,  
oceanógrafo, e diplomata do  
Oceano, teve o seu percurso  
marcado pelo ideal de  
renovação da relação da  
Humanidade com o Oceano.



## DEVER CÍVICO DO CIENTISTA

Cedo se registou a natureza interessada e incomformada de Mário Ruivo. Na passagem pelo Liceu de Évora integrou a comissão diretiva da publicação cultural "O Corvo" onde redigiu poesia. Foi também nesta altura que iniciou a sua relação com a revista Seara Nova, que publicou os seus poemas, alguns dos quais com críticas implícitas ao regime ditatorial, como "A Revolta dos Deuses", patente no número de 1 de dezembro de 1945.

**Caricatura de Mário Ruivo**  
Abel Manta  
1949  
Desenho a tinta da china sobre papel  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves

Num tempo de limitação de consciências, Mário Ruivo foi prejudicado pela sua natureza ativista. Quando ingressou na Licenciatura de Biologia, concluída em 1950, pertenceu à Direção Universitária de Lisboa da MUD Juvenil, onde estabeleceu amizade duradoura com Mário Soares e outros dirigentes. A atividade oposicionista deste órgão, que incluía a distribuição de panfletos com forte posicionamento político, motivou a reação da polícia política. Mário Ruivo foi preso em 26 de março de 1947, na cadeia do Aljube, o que motivou pronta resposta do órgão estudantil. A 5 de maio de 1947 foi transferido para o Estabelecimento Prisional de Caxias, onde permaneceu até ser libertado condicionalmente a 6 de junho desse ano.

A sua formação prosseguiu no estrangeiro, primeiro como bolseiro do Instituto Italiano de Hidrobiologia de Pallanza (1951), depois como investigador do Centre National de la Recherche Scientifique, no Laboratório de Biologia Marítima da Universidade de Paris (1951-1954), instituição onde se especializou em Oceanografia Biológica. Neste período participou também em campanhas oceanográficas no Mar Mediterrâneo, debruçando-se sobre o estudo da sardinha. Apesar do seu inegável mérito, foi privado burocraticamente de trabalhar em Portugal até 1954, quando pode retomar a carreira no país depois da polícia política, a muito custo, ter "descharacterizado" a sua origem. As funções que assumiu no seio do regime não o impediram de participar em iniciativas de oposição mais ou menos implícitas, no contexto do conselho editorial da Seara Nova ou no apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República. Com o início da guerra colonial, em 1961, é avisado que a sua liberdade estaria de novo em risco, pelo que decide abandonar o país, iniciando um período de luta mais ativa. A sua despedida foi assinalada com um jantar com os seus colegas da Seara Nova.

**Ementa de jantar de despedida de Mário Ruivo com  
membros da Seara Nova**  
1961  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves



Numa primeira fase, a Comissão Consultiva Nacional das Pescarias do Noroeste do Atlântico encarregava-se do serviço de concentração e reenvio das marcas presentes no bacalhau encontradas pelos pescadores portugueses, responsabilidade que posteriormente passou para o Gabinete de Estudos das Pescas. Além da remuneração, que, em 1959, era de 1 dólar americano (equivalente a 30500), foram adotadas outras estratégias de incentivo à recolha e registo dos dados do peixe marcado. Eram emitidas por rádio, a partir do Gil Eannes, missivas informativas dirigidas aos capitães, para que exortassem os pescadores a recuperar as marcas e a registar a informação solicitada. Produziram-se posters de consciencialização dos pescadores, que, no caso português, foram afixados nos ranchos dos navios. O Jornal do Pescador divulgava uma lista com o nome dos bacalhoeiros que entregaram os discos de marcação e respetiva informação sobre o comprimento do bacalhau.

**Poster de consciencialização dos pescadores da importância  
de recolha e registo de dados dos peixes marcados**  
Museu Marítimo de Ílhavo

Para lá da recolha de dados biológicos para a caracterização básica das populações de bacalhau, a equipa de investigação liderada por Mário Ruivo dedicou-se ainda a outros levantamentos específicos e ocasionais entre 1955 e 1960. Em algumas campanhas, houve um enfoque no estudo de certas espécies parasitas do bacalhau, tanto para aprofundar a sua influência na evolução das populações afetadas, como para avaliar a plausibilidade de utilização de parasitas como uma marcação "natural" do peixe. Na Terra Nova, em complemento aos estudos hidrográficos, foram largadas boias de plástico para determinação do comportamento das correntes à superfície.

**Arremesso de sistema de avaliação da direção da  
corrente marítima**  
Museu Marítimo de Ílhavo



Enquanto subdiretor do Instituto de Biologia Marítima (1954-1961), Mário Ruivo foi delegado português do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) e da ICNAF. Nestes fóruns de gestão e vigilância das espécies comerciais, começou a ganhar consciência e a protagonizar uma abordagem mais abrangente sobre os problemas dos recursos marinhos, tanto ao nível da transdisciplinaridade, como na cooperação e coordenação da investigação científica de maneira a potenciar a sua eficácia. Em 1961 foi aprovada, no encontro anual da ICNAF, a Resolução sobre Oceanografia, sob proposta do Comité de Investigação e Estatística, ainda presidido por Mário Ruivo. A resolução exortava os Estados-membros da ICNAF a colaborar com a recente criada Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), frisando a crescente importância da Oceanografia no contexto da exploração dos recursos marinhos.

## UMA NOVA VISÃO SOBRE O MAR

A COI, fundada na dependência da UNESCO em 1960, pela I Conferência sobre Oceanografia, tinha como fim criar estruturas globais de cooperação na área das ciências do mar, tanto ao nível das instituições internacionais, como entre os seus Estados-membros, promovendo o estudo do meio marinho e dos seus recursos. Nos primeiros anos, a utilidade deste órgão demonstrou-se na organização e coordenação de grandes expedições oceanográficas, nos oceanos Índico, Atlântico e Pacífico, que contaram com a participação de dezenas de países e de navios de investigação. Estes projetos evoluíram para uma "regionalização" do trabalho da COI, ao se formarem os corpos subsidiários regionais.

**Panfletos da COI**  
1986  
Fundação Mário Soares e Maria Barroso

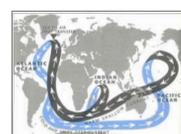
Em paralelo, a COI apresenta uma série de programas científicos e serviços relacionados com a Oceanografia, que foi desenvolvendo ao longo da sua existência. No período em que Mário Ruivo foi nomeado secretário executivo (1980-1988) deu-se a revisão dos estatutos da COI, que permitiu reforçar as suas atividades. Destacavam-se então os programas de ciências do mar sobre os recursos vivos e não vivos, sobre a composição química, a poluição e o estado de saúde dos oceanos, sobre o clima e dinâmicas oceânicas e sobre a batimetria dos fundos marinhos. Nos serviços sobressaíam sistemas integrados de observação oceânica, de troca internacional de dados oceanográficos e de aviso de tsunamis. Além disso, a consolidação do programa treino, educação e assistência mútua (TEMA) com um plano de ação era um esforço para melhorar as capacidades dos Estados mais desfavorecidos.

**Mário Ruivo, na qualidade de presidente do comité de  
trabalho para a investigação global da poluição no meio  
marinho (GIPME), na XI sessão da Assembleia Geral da COI**  
1979  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves



Na década de 90, com base na COI e no apoio da delegação portuguesa chefiada por Mário Ruivo, concretizou-se uma série de eventos que estimularam o ambiente de valorização do papel dos oceanos na sociedade. A 14 de novembro de 1994 Mário Ruivo presidiu à sessão de abertura da II Conferência sobre Oceanografia, organizada em Lisboa, que marcou um momento de reflexão do passado, mas também das perspetivas futuras, considerando o novo quadro jurídico com a entrada em vigor, dois dias depois, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Ainda nesse ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas decide, sob proposta da UNESCO, por iniciativa da COI e da delegação portuguesa, designar 1998 como o Ano Internacional dos Oceanos, numa tentativa de chamar a atenção da opinião pública e dos decisores políticos para a necessidade de colocar os oceanos no centro do processo do desenvolvimento sustentável. Enquadrados nesse ano ficaram também a organização da Expo 98 e o lançamento, pela Comissão Mundial Independente para os Oceanos, coordenada por Mário Ruivo e presidida por Mário Soares, do seu relatório final, intitulado "O Oceano... Nosso Futuro", e da Declaração de Lisboa.

**Circulação Oceânica**  
O Oceano... Nosso Futuro  
Relatório da Comissão Mundial Independente para os  
Oceanos  
1998  
Biblioteca Municipal de Ílhavo



O relatório traça orientações estratégicas para o uso sustentável dos oceanos, considerando-os como um espaço comum e de justa distribuição de recursos, possibilitada pela tecnologia e a ciência, onde a responsabilização pelos impactos ambientais negativos, a consciencialização do público e a eficaz governação internacional desempenham um papel fundamental. Fiel ao seu próprio compromisso de formação, foi publicado com anexos onde se encontram noções básicas sobre os oceanos de grande valor pedagógico. A Declaração de Lisboa é aprovada, nesta cidade, na última sessão da comissão, remetando o seu trabalho e reiterando o ideal presente no relatório. Uma das ideias chave é o imperativo de olhar para as massas oceânicas como um todo integrado, de onde parte também a necessidade de um enquadramento global. A pertinência dos desafios lançados nestes apelos verifica-se até aos dias de hoje.

## AS CAMPANHAS BACALHOEIRAS DE MÁRIO RUIVO

Em 1949, para garantir a continuidade da exploração dos recursos piscatórios, foi assinada a Convenção das Pescarias do Noroeste do Atlântico, fruto do difícil consenso entre os países com frotas de pesca longínqua (Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Noruega, Irlanda e Itália) e os Estados próximos aos grandes pesqueiros regionais (Canadá, Dinamarca e EUA). As decisões sobre o regime das atividades científicas e as consequentes medidas de conservação das populações dos peixes com valor comercial (bacalhau, arinca, cantarilho e alabote) eram tomadas em encontros anuais de uma Comissão homóloga (ICNAF), onde tinham assento representantes dos Estados-membros. Entre 1954 e 1961, Mário Ruivo integrou o comissariado português da ICNAF, junto de Tavares de Almeida e Henrique Tenreiro. À época, Portugal situava-se entre os países que mais pescavam dentro da zona da convenção, sendo por isso escolhido para ocupar lugares de responsabilidade, o que se verificou nas eleições de Tavares de Almeida para vice-presidente (1953-1955) e presidente (1955-1957) da ICNAF e na eleição de Mário Ruivo para presidente do Comité de Investigação e Estatística (1958-1961). No mesmo sentido, é sintomático que o primeiro encontro anual da ICNAF ocorrido fora do continente americano tenha sido realizado em Portugal, na cidade de Lisboa.

**7º Encontro Anual da ICNAF**  
1957  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves

A investigação nacional para a ICNAF funcionava em torno da Comissão Consultiva Nacional das Pescarias do Noroeste do Atlântico, da qual Mário Ruivo era consultor científico. O grupo de investigação propriamente dito, por si orientado, era também composto por um assistente e um auxiliar técnico para as tarefas de laboratório, bem como por um número variável de observadores nos trabalhos a bordo. Por sua vez, após produzidos os resultados, um outro grupo de trabalho compilava os dados estatísticos, de acordo com as normas exigidas pela ICNAF, para posterior reporte e partilha.

**Trabalhando em laboratório**  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves

**Remoção de otólitos do bacalhau**  
Coleção particular de Maria Eduarda Gonçalves

